

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

"Calçada obstruída - obra da Construtora Mesc - rua Condá"

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00003989-2

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 13ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **MESC CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ n. 20.233.116/0001-88, e-mail shana@mesconstrucoes.com.br, representada por Carlos Eduardo Spanevello Lopes e Shana Emanuelle Berta, responsáveis pela obra na rua Condá, defronte à praça Emílio Zandavalli, doravante denominado *compromissário*,

Considerando as informações obtidas no IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00003989-2, em que se identificaram falhas de acessibilidade no imóvel do compromissário situado na rua Condá, obra do edifício xxxxx, notadamente o depósito de materiais sobre a calçada;

Considerando a previsão do Código de Obras de Chapecó: "Art. 135. É obrigatório aos proprietários de imóveis onde as ruas sejam pavimentadas a execução do passeio público em todas as testadas do terreno edificado ou não. Parágrafo Único - A largura do passeio e sua medida mínima de pavimentação é aquela estabelecida pelas diretrizes urbanísticas do Plano Diretor de Chapecó e deverá, obrigatoriamente, ser fornecida a respectiva certidão pelo Departamento competente";

Considerando a exigência do art. 13 do Decreto nº 5.296/2004,

de que só poderão ser emitidos alvarás de funcionamento e de habitação (habite-se) se certificado o cumprimento das regras de acessibilidade, previstas na NBR 9050, da ABNT;

Considerando que a Lei 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando as seguintes previsões do Código de Obras de Chapecó:

"Art. 132 Enquanto durarem os serviços de construção, reforma ou demolição, o responsável pela obra **deverá adotar medidas necessárias para a proteção e segurança dos trabalhadores, do público, das propriedades vizinhas e dos logradouros públicos.**

§ 1º Os serviços, especialmente no caso de demolições, escavações e fundações, **não deverão prejudicar os imóveis e instalações vizinhas, nem os passeios dos logradouros;**

Art. 133 Nenhuma construção, demolição ou reforma pode ser feita no alinhamento da via pública, sem que haja em toda a frente um tapume provisório com 1,80m de altura mínima, **devendo ficar livre para o trânsito uma faixa de passeio de largura mínima equivalente a 50% (cinquenta por cento) do mesmo."**

Considerando que a norma técnica, NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dispõe sobre critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

Considerando especificamente o que prevê o item 6.12.5 da NBR 9050: "As obras eventualmente existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a **largura mínima de 1,20 m para circulação**, garantindo-se as condições de acesso e segurança de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida";

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de

1985, mediante os seguintes termos:

Cláusula 1ª - Até as 18h do dia 19 de agosto de 2019, a compromissária comprovará a adequação integral da calçada do imóvel acima identificado à legislação vigente (Código de Obras de Chapecó e NBR 9050), ou a adoção das providências do item 6.12.5 da NBR 9050, apresentando à Promotoria de Justiça, nesse prazo, laudo técnico subscrito por engenheiro informando o cumprimento integral da NBR 9050 em relação ao passeio público do referido imóvel;

Cláusula 2ª - O compromisso deste TAC inclui as obras presentes e futuras, inclusive de outras construções em andamento, que deverão, durante sua execução, respeitar integralmente as normas de acessibilidade e o Código de Obras em vigor.

Parágrafo único. Em relação às demais obras em andamento, o prazo para adequação das calçadas é de 30 dias.

Cláusula 3ª - A compromissária manterá as vias públicas adjacentes às suas obras sempre limpas.

Cláusula 4ª - Em caso de descumprimento das cláusulas anteriores, incidirá a compromissária em multa de R\$ 2.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público.

Cláusula 5ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 6ª - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 2 (duas) vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial a partir da data da sua

assinatura.

Chapecó, 15 de agosto de 2019

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Carlos Eduardo Spanevello Lopes
MESC Construções Ltda.

Shana Emanuelle Berta
MESC Construções Ltda.